



Barral Parente  
Pinheiro

## À Direção da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)

**Assunto: Interposição de Recurso – Previsão no item 12.1 do Edital de Licitação nº 11060/2025 – OEI/COP30**

**FAST ENGENHARIA E MONTAGENS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 56.095.862/0001-08, com sede na Rua Doutor Fernandes Coelho, 64, conjuntos 91 e 92, Pinheiros, São Paulo – SP, CEP nº 05.423-911, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos; **DEPONTO AGÊNCIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.128.213/0001-97, com sede no Setor SOF Sul, Quadra 10, Conjunto B, Lote 08, Zona Industrial, Guará, Brasília/DF, CEP: 71.215-252, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos; e **SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.491.636/0001-17, com sede em SRTVS Quadra 701, Conjunto L, Bloco 01, Sala 717, Edifício Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.340-906, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos; em conjunto participantes do **CONSÓRCIO FAST DEPONTO SOLUTION**, vêm, tempestivamente, com fundamento no **item 12.1 do Edital de Licitação nº 11060/2025 OEI/COP30**, apresentar **RECURSO**, conforme se passa a delinear abaixo.

### I. IMPUGNAÇÕES À PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AOS LICITANTES

#### **I.1. Impugnação à pontuação atribuída ao Consórcio Pronto-RG (Eventos Gov Produções e Tecnologia Ltda. e Pronto Eventos e Tecnologia e Integração Ltda.)**

*I.1.1. A garantia apresentada é inidônea, pois não é aceita pela legislação brasileira*

1. Conforme o item 17.1 do Edital, cada proponente deve apresentar garantia de proposta no valor de 1% (um por cento) do montante global de cada lote, em modalidade aceita pela legislação brasileira, nos termos do art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
2. Ocorre que a Proponente Consórcio Pronto-RG apresentou as “Fiança Bancária FB21983-T15089” (Blue Zone) e “Fiança Bancária FB21982-T15080” (Green Zone) emitidas pela instituição Dank Sociedade de Crédito Direto S.A. (Dank Bank), inscrita no CNPJ sob o

nº 48.430.050/0001-35.

3. Apesar de sua autorização para operar no Brasil, a referida instituição é classificada para atuar no segmento de Sociedade de Crédito Direto (SCD), vejamos:

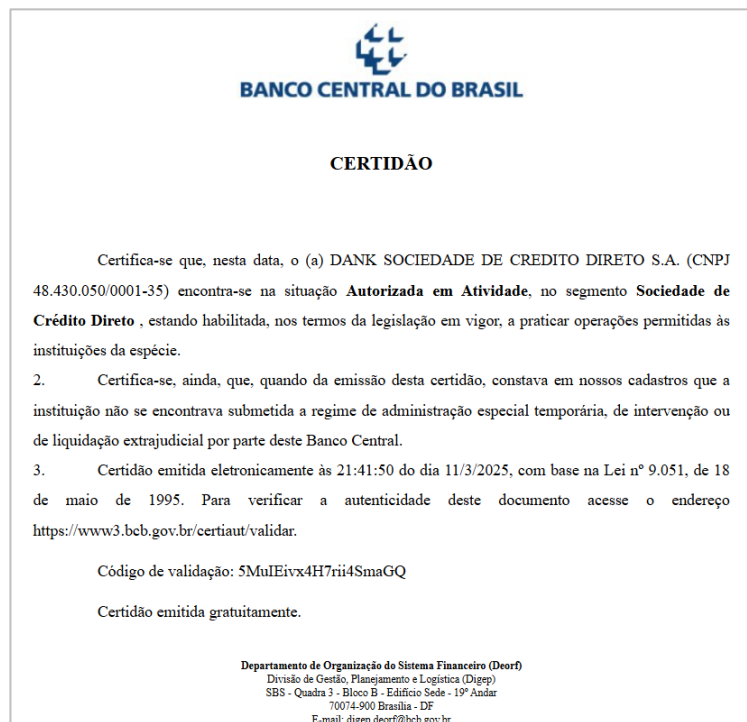


Figura 1 – Disponível, mediante consulta de CNPJ, em <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/emissao/emissao>

4. A organização e o funcionamento das Sociedades de Crédito Direto estão delimitados na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.050 de 25/11/2022<sup>1</sup> e, em seu art. 7º, § 1º e art. 8º, há o rol de operações e serviços que podem realizar.

Art. 7º As sociedades de crédito direto têm por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem.

I - capital próprio; ou

II - repasses e empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessão de créditos, em conformidade com o objeto social da sociedade de crédito direto.

§ 1º Além de realizar as operações mencionadas no caput, as sociedades de crédito direto podem prestar apenas os seguintes serviços,

<sup>1</sup> Resolução CMN nº 5.050 de 25/11/2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5050>



**Barral Parente  
Pinheiro**

observada a regulamentação em vigor:

I - análise de crédito para terceiros;

II - cobrança de crédito de terceiros;

III - atuação, por meio de plataforma eletrônica, como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no caput, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP);

IV - emissão de moeda eletrônica;

V - emissão de instrumento de pagamento pós-pago; e

VI - atuação como iniciadora de transação de pagamento.

Art. 8º As sociedades de crédito direto podem financiar as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios mencionadas no art. 7º exclusivamente por meio da venda ou da cessão (...).

5. Dentre todas as atividades previstas na referida Resolução, verifica-se que não há menção à emissão de garantias. A partir disso, o Banco Central (BACEN) emitiu o Comunicado nº 41.231, de 05 de março de 2024, de modo a sanar qualquer dúvida quanto à proibição de tal atividade pelas SCDs:



Figura 2 - Comunicado Bacen nº 41.231, de 05 de março de 2024. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=41321>

6. Resta claro, portanto, que às SCDs não é permitida a prestação de qualquer tipo de garantia, sendo expressa a impossibilidade de atuar como agente de garantia e de emitir



fiança bancária ou instrumentos congêneres, como a carta fiança não bancária e o seguro garantia.

7. Logo, a instituição Dank Bank vem emitindo irregularmente fianças bancárias que não possuem validade alguma e, conseqüentemente, não devem ser aceitas por esta Organização dos Estados Ibero-americanos.
8. Ressalte-se que os documentos de fiança apresentados pelo Consórcio RG Pronto têm como título “fiança bancária” e são assinados por “Dank Sociedade de Crédito Direto”, demonstrando claramente ser um documento inidôneo e ilegal à luz das normas do Banco Central do Brasil.
9. A despeito da irregularidade mencionada acima, as propostas foram recebidas, demonstrando a ausência de análise das garantias apresentadas – o que vai em desconformidade com a previsão do Edital sobre a modalidade que pode ser aceita no certame (somente aquelas indicadas na Lei de Licitações brasileira).
10. Apesar a Dank Bank ser autorizada pelo BACEN a atuar no segmento das SCDs, as suas atividades devem se limitar àquelas permitidas na Resolução CMN nº 5.050 de 25/11/2022, que não prevê a emissão de fiança bancária pelas instituições da espécie SCD. A referida vedação restou corroborada no Comunicado Bacen nº 41.231, de 05 de março de 2024.
11. Diante disso, não pairam dúvidas acerca da inidoneidade da garantia apresentada pelo Consórcio Pronto-RG, a qual se mostra irregular e, portanto, deve ser imediatamente desclassificada do certame para ambos os lotes.

*I.1.2. A garantia não foi apresentada junto da Proposta Técnica, devendo ser devolvidos os envelopes e documentos do consórcio nos termos do item 17.1 do Edital*

12. Durante o recebimento das propostas, o Consórcio supracitado apresentou Proposta Técnica sem a garantia de proposta de seu conteúdo.
13. O Edital de Licitação nº 11060/2025 – OEI/COP30, que rege esse certame, fez constar expressamente em seu item 17.1 que “**junto da Proposta Técnica** a Proponente deverá apresentar garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor global específico de cada lote, em uma modalidade aceita pela legislação de contratação brasileira (Lei 14.133/2021).”
14. No item subsequente, foi clara a determinação de que consequência prática da ausência



Barral Parente  
Pinheiro

da garantia nos termos do disposto no item 17.1<sup>2</sup> era a não aceitação da Proposta, bem como o registrado desse fato em ata.

15. No caso em questão, o Relatório de Avaliação das Propostas Técnicas, no item 5.3, registrou que o Consórcio Pronto RG não apresentou a garantia da proposta conforme estabelecido no subitem 17.1 do Edital. Ainda assim, os documentos das licitantes foram aceitos sob justificativa de que a análise da proposta técnica se deu com base na determinação prevista no Procedimento de Contratação da OEI.
16. Ocorre que a justificativa apresentada viola diretamente o edital, que foi elaborado especificamente para estabelecer as regras desta licitação. Embora exista um procedimento geral, o edital representa a norma mais específica e deve prevalecer neste caso. Ora, se assim não fosse não haveria razão de existir um procedimento licitatório específico que foi claro ao determinar a não aceitação da proposta.
17. E veja ainda que o edital cuidou de determinar regra divergente daquela do Procedimento de Contratação, o que releva a intenção de, nesse caso, valer-se de regra divergente. Diversos outros itens do Edital de licitação também são distintos do procedimento da OEI, sendo eles cumpridos regularmente.
18. Por exemplo, o Procedimento de Contratações prevê em sua página 24 que o primeiro envelope a ser aberto é o de Documentação Administrativa. No entanto, neste Edital, previu-se no item 9.1 que esse seria o último. E não há problema algum, porque pode o Edital prever regras distintas mais específicas, o que aqui ocorreu. Essa inversão dos envelopes foi prevista, inclusive, por Resolução da Secretaria-Geral da OEI de 10 de janeiro de 2025, por se tratar de contratação de grande vulto.
19. Nesses termos, o princípio da vinculação ao edital, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021<sup>3</sup>, determina a vinculação do órgão licitante as regras editalícias como forma de boa-fé e como forma ainda de conferir segurança jurídica aos licitantes. Tutelar o descumprimento é tutelar também que de nada valha o edital publicado por essa Organização Internacional, independentemente da flagrante violação à Lei Brasileira,

---

<sup>2</sup> 17.1.1 A ausência da garantia de proposta implicará na **não aceitação da Proposta**, sendo toda documentação e envelopes devolvido a Proponente; esse fato será registrado em ATA. (Grifamos)

<sup>3</sup> Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).



especificamente a Lei nº 14.133/2021.

20. Por todo exposto, à medida que se impõe é a desclassificação do Consórcio Pronto-RG por violação clara ao item 17.1 do Edital, sob pena de violação ao Edital de Licitação nº 11060/2025 – OEI/COP30 e a Lei nº 14.133/2021.

*I.1.3. As propostas apresentadas pela DMDL e pelo Consórcio Pronto-RG são inexequíveis, pois o desconto concedido foi superior a 50% do orçamento de referência elaborado pela OEI, nos termos do item 12.7 do Termo de Referência*

21. As proponentes classificadas a partir da avaliação técnica preliminar apresentaram os preços em sessão do dia 26/02/2025, sendo eles:

Lote Azul / Blue Zone	
Valor de referência	R\$ 423.514.812,71
Consórcio Fast, Deponto, Soluction	R\$ 358.000.000,00
<b>Consórcio Pronto-RG</b>	<b>R\$ 211.757.406,35</b>
<b>DMDL</b>	<b>R\$ 211.757.406,35</b>

Lote Verde / Green Zone	
Valor de referência	R\$ 172.111.555,81
Consórcio Fast, Deponto, Soluction	R\$ 148.000.000,00
Consórcio 11060/2025-OEI/COP30	R\$ 117.033.030,47
<b>Consórcio Pronto-RG</b>	<b>R\$ 86.055.777,91</b>
<b>DMDL</b>	<b>R\$ 86.055.777,91</b>

22. A conduta do Consórcio Pronto-RG e DMDL foi a mesma para os dois lotes: aplicar um desconto linear de pouco mais de 50% sobre todos os mais de 400 itens do orçamento base da licitação. **Essa conduta demonstra que as propostas foram elaboradas acriticamente, sem qualquer análise prévia.** Não é factível que os fornecedores de todos os itens tenham oferecido rigorosamente o mesmo desconto, de modo que ambas as licitantes se limitaram a reproduzir mecanicamente o orçamento base.
23. É inaceitável que a empresa para organização do compromisso internacional mais importante do Brasil dos últimos anos seja escolhida dessa maneira. A conduta colocará em dúvida a capacidade do país em entregar um evento no prazo devido e com a qualidade necessária e adequadas aos Chefes de Estado. A preocupação aumenta ao se observar a identidade dos preços propostos pelos proponentes.
24. Mais do que isso: tanto é acrítica a concessão de descontos sobre todos os itens que compõem a proposta, que ambas as licitantes arredondaram o valor dos itens para baixo, de modo que a proposta oferecida ficou abaixo do limite mínimo previsto no edital. Como as propostas do Consórcio Pronto-RG e da DMDL são inferiores ao mínimo previsto no Termo de Referência para o Lote Azul / Blue Zone, o desconto concedido



efetivamente supera os 50% permitidos e configura, assim, ambas as propostas como manifestamente inexequíveis nos termos do item 12.7 do Termo de Referência.<sup>4</sup>

25. O orçamento base cotado para a Blue Zone perfaz o montante de R\$ 423.514.812,71, estabelecendo, portanto, **o limite mínimo de qualquer proposta para o referido lote no valor de R\$ 211.757.406,355 para que seja aceitável**. Isso significa dizer que **o arredondamento deve ser feito obrigatoriamente para cima**, pois qualquer valor inferior a ele implica reconhecer que a proposta ultrapassa o desconto limite de 50%.
26. É autoevidente e matematicamente irrefutável que o valor proposto pelas duas licitantes (R\$ 211.757.406,350) se encontra abaixo do limite mínimo estipulado pelo edital (R\$ 211.757.406,355), pois o objetivo das licitantes é recompor o desconto impraticável aplicado em suas propostas com a expectativa de celebração de aditivos futuros. **O desconto efetivamente concedido por ambas as licitantes foi de 50,0000000011806%.**
27. Não se trata aqui de excesso de formalismo; ao contrário, a regra objetiva visa precisamente afastar propostas aventureiras, preços inexequíveis e assegurar a viabilidade técnica e econômica da execução contratual. O desconto concedido acima do limite permitido afronta frontalmente a previsão do edital e caracteriza violação direta dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, eficiência, razoabilidade e economicidade, exigindo, portanto, a imediata desclassificação das propostas. Tão grande a importância do tema, a Secretaria Geral da OEI emitiu Resolução em 10 de janeiro de 2025 reiterando que propostas que concedam mais de 50% de desconto serão desclassificadas por inexequibilidade.<sup>5</sup>
28. Portanto, impõe-se a revisão imediata da pontuação atribuída ao Consórcio Pronto-RG e à DMDL, **reconhecendo-se a inexigibilidade das propostas e determinando-se sua consequente desclassificação**, sob pena de comprometer a lisura da licitação, bem como a segurança e o sucesso do evento de importância internacional que o país sediará.

*1.1.4. O capital social das empresas do Consórcio Pronto-RG não está integralizado e não atende às especificidades para contratações de grande vulto relacionadas à COP30*

29. O Edital de Licitação exige que em qualquer caso, ainda que apresente resultado igual ou maior que 1 (um) no Balanço Patrimonial, **a empresa licitante deverá comprovar a existência de patrimônio líquido ou capital social integralizado no valor de 10% (dez**

<sup>4</sup> 12.7. Será considerada inexequível a proposta de preço quando o valor global for inferior a 50% do preço estimado nos Anexos I e II.

<sup>5</sup> **3. Desclassificação das propostas e percentual de inexequibilidade.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela OEI e apresentado pelo termo de referência/edital. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2025/01/resolucao-secretaria-geral.pdf>.





por cento) do Orçamento Base da contratação estimado para cada lote que disputar, conforme previsto nos anexos I e II. Essa previsão também consta da Resolução da Secretaria-Geral da OEI de 10 de janeiro de 2025, que a impõe para quaisquer contratações estimadas em valores superiores a R\$ 200.000.000,00:

Caso o orçamento base da contratação seja considerado de grande vulto, o licitante deverá comprovar de capital social integralizado mínimo ou patrimônio líquido, no mínimo, de 10% (dez por cento) do orçamento base da contratação para ser considerada habilitada no quesito qualificação econômico-financeira.

Em qualquer caso, ainda que apresente resultado igual ou maior que 1 (um) no Balanço Patrimonial, a empresa licitante deverá comprovar a existência de patrimônio líquido ou capital social integralizado no valor de 10% (dez por cento) do Orçamento Base da contratação estimado para cada lote que disputar, conforme previsto nos anexos I e II.

Figura 3 - Resolução da Secretaria Geral. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2025/01/resolucao-secretaria-geral.pdf>

30. Isso significa que a licitante deveria demonstrar esses índices em pelo menos 10% do valor dos lotes que deseja disputar. Para o Lote Azul / Blue Zone, o capital social mínimo integralizado e/ou o patrimônio líquido do consórcio deveria ser de, no mínimo, R\$ 42.351.481,27, o que não é atendido.
31. No caso do Consórcio Pronto-RG, verifica-se que a empresa Pronto detém Capital Social Integralizado de R\$ 20.000.000,00.
32. Já a empresa Pronto possuía capital social de R\$ 5.000.000,00. Em 05/02/2025, em vista licitação que se encaminhava, a empresa realizou a **Alteração e consolidação contratual n. 6** (apresentada em sua documentação administrativa), em que decide pelo aumento de seu capital social:

#### **Cláusula primeira – do aumento de capital social**

O capital social que é de R\$ 5.000.000,00, divididos em 5.000.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 cada quota, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País, fica neste ato aumentado para R\$ 20.000.000,00 dividido em 20.000.000 quotas, quotas no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma, **totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente do País, sendo o aumento de R\$ 15.000.000,00, valor este conforme o balancete de verificação levantado em 31/12/2024 com saldos oriundos de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital)**, que fica distribuído da seguinte forma:

33. Em seguida, no mesmo documento onde consta a consolidação do contrato social, apresenta-se a informação de que o capital social **devidamente integralizado e subscrito é de R\$ 20.000.000,00**, conforme abaixo:





Barral Parente  
Pinheiro

Cláusula Quinta – do Capital Social

O capital social é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) dividido em 20.000.000 (vinte milhões) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, **totalmente integralizados em moeda corrente do País**, distribuídos da seguinte forma:

34. Assim, verifica-se que a empresa operacionalizou um AFAC – Aporte para **Aumento Futuro de Capital**, instrumento que permite aos sócios **assumir o compromisso de aumentar o capital social futuramente**, sem a necessidade de imediato aporte de recursos.
35. Logo, quando a empresa afirma em seu Contrato Social que o seu capital social é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) dividido em 20.000.000 (vinte milhões) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, **totalmente integralizados em moeda corrente do País, ela realiza afirmação falsa, uma vez que não houve a subscrição dos R\$ 15.000.000,00 adicionais em seu capital social.**
36. Ademais, verifica-se que houve a contabilização incorreta desse aumento de capital nos documentos financeiro da empresa. Conforme Balanço Patrimonial 2024 apresentado pela empresa, constou que o valor de AFAC está em seu Patrimônio Líquido, computando os R\$ 15.000.000,00 adicionais, totalizando um Patrimônio Líquido de mais de R\$ 21.000.000,00.
37. Como mencionado, o AFAC não pode ser considerado Patrimônio Líquido uma vez que não se **trata de disponibilidade de recursos da empresa. Ela simplesmente não detém esse capital.**
38. Comprova esse fato a previsão de um ativo no Balanço 2024 da empresa, na categoria Títulos a Receber, no valor de mais de R\$ 18.000.000,00, o que certamente compreende o valor de R\$ 15.000.000,00 do AFAC, que é a promessa futura de aporte de recursos.
39. Trata-se, portanto, de tentativa de enganar a comissão de licitação quanto a sua real capacidade financeira, fazendo jus, portanto à desclassificação do Consórcio é medida que se impõe.  
  
*I.1.5. O Consórcio Pronto-RG não comprovou a elaboração de projeto executivo com áreas mínimas de 40.000 m² e 80.000 m², e a comissão de avaliação atribui pontuação ao consórcio*
40. O Termo de Referência do certame, em seu item 11.2, estabeleceu como critério de pontuação a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a elaboração de projetos executivos com áreas mínimas de 40.000 m² e 80.000 m².
41. A ata de adjudicação provisória atribuiu pontuação máxima ao Consórcio Pronto-RG no



critério de elaboração de projeto executivo, sem especificar qual atestado comprovaria tal requisito.

42. Ao analisar a documentação apresentada, verificou-se que os atestados indicados pelo Proponente não comprovam a elaboração de projetos executivos, mas, sim, a mera execução de edifícios efêmera e instalações elétricas prediais de baixa tensão.
43. Os documentos apresentados pelo Consórcio Pronto-RG para fins de cumprimento do referido requisito foram os seguintes atestados: **(i)** Congresso Eucarístico Nacional; **(ii)** Carnaval 2023 de Belo Horizonte; **(iii)** Carnaval 2024 de Belo Horizonte; **(iv)** FIFA Fan Fest; **(v)** Associação de Brasília 2012; e **(vi)** Carnaval 2016 de Belo Horizonte.
44. No entanto, como mencionado acima, **em nenhum desses documentos há comprovação da elaboração de projetos executivos** com área mínima exigida pelo Edital e pelo Termo de Referência.
45. As certidões de acervo técnico (CAT) e os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) indicam apenas execução de edifícios efêmera e instalações elétricas prediais de baixa tensão, **sem qualquer menção à elaboração de projetos executivos**.
46. Nos poucos casos em que há referência a "projetos", estes são relacionados a projetos de incêndio ou decoração, elaborados por terceiros, sem comprovação de subcontratação e vínculo com o referido Proponente. Segue quadro resumo com a indicação supramencionada:

ATESTADO	DOCUMENTO	ATIVIDADE REGISTRADA
Congresso Eucarístico Nacional 2010	CAT 997075 Fl. 6146 a 6148	"Execução e planejamento e organização e montagem de toda infraestrutura, palco, auditório, praça de alimentação, fechamentos em tecidos, paisagismo, decoração, mobiliários, ornamentação, posto médico pronto socorro e produção gráfica de lonas e banners."
	RRT 15202524 Fl. 6144	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 100.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 100.000 m²."
	RRT Baixado Fl. 6142	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 2000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 2000 m²."
Carnaval 2023 BH	CAT 996144 Fl. 6539	"Planejamento e atualização do layout dos espaços do evento, a montagem e instalação de estandes com estrutura em material misto ( <i>octanorm</i> ), placas de fechamento, grades, mobiliários, forração em tecidos, tendas, pisos elevados e sistemas de iluminação e sonorização. Foram executados projetos elétricos e aterramentos, além de projetos de instalações de comunicação visual com sinalização e banners. Projetos de coberturas com <i>box truss</i> Q30 e Q25, arquibancadas, painéis de LED"
	RRT 15214955 Fl. 6536	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 50500 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 50500 m²."

Carnaval 2024 BH	CAT 996147 Fl. 6492	"Planejamento e atualização do layout dos espaços do evento, o projeto da montagem e instalação de estandes com estrutura em material misto, palcos, tendas, pisos elevados e sistemas de iluminação e sonorização. Foram executados projetos elétricos com aterramentos, além de projetos de instalações de comunicação visual com sinalizações e banners. Projetos de coberturas com <i>box truss</i> Q30, arquibancadas (700 m²) e painéis de LED"
	RRT 15214971 Fl. 6489	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 60.376,30 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 60.376,30 m²."
FIFA Fan Fest	RRT 2373022 Fl. 6402	"Execução de montagem do evento FIFA FAN FEST, instalações elétrica de baixa tensão e desmontagem do mesmo, sistema contrutivo, <i>box truss</i> Q30, <i>box truss</i> Q25, sistema modular em alumínio anodizado, tapumes em compressado naval (fechamentos)" "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 42.280 m²"
Associação de Brasília 2012	Fl. 6305 a 6295	Execução de edifício efêmera e instalações elétricas
	CAT 993842 Fl. 6302	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 6500 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 6500 m²."
	CAT 993842 Fl. 6301	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
	CAT 993842 Fl. 6300	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 30.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 30.000 m²."
	RRT 15198550 Fl. 6299	2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 30.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 30.000 m²."
	RRT 15198782 Fl. 6297	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
Carnaval 2016 BH	Fl. 6223 a 6211	Execução de edifício efêmera e instalações elétricas
	CAT 996151 Fl. 6223	"Serviços de planejamento, elaboração de projetos e metodologia, entrega de relatórios, projetos de iluminação e instalações elétricas de baixa tensão, painéis de <i>box truss</i> , arquibancadas, lonas, faixas, tendas, palcos para apresentações de shows, pisos elevados, camarotes, grades, tapumes, mobiliários, para o evento: Carnaval de Belo Horizonte de 2016." Atividade técnica realizada: "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 65000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 65000 m²."
	CAT 996406 Fl. 6220	"Serviços de planejamento, elaboração de projetos e metodologia, entrega de relatórios, projetos de iluminação e instalações elétricas de baixa tensão, painéis de <i>box truss</i> , arquibancadas, lonas, faixas, tendas, palcos para apresentações de shows, pisos elevados, camarotes, grades, tapumes, mobiliários, para o evento: Carnaval de Belo Horizonte de 2016." Atividade técnica realizada: "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
	CAT 995994 Fl. 6217	"Serviços de planejamento, elaboração de projetos e metodologia, entrega de relatórios, projetos de iluminação e instalações elétricas de baixa tensão, painéis de <i>box truss</i> , arquibancadas, lonas, faixas, tendas, palcos para apresentações de shows, pisos elevados, camarotes, grades, tapumes, mobiliários, para o evento: Carnaval de Belo



Barral Parente  
Pinheiro

		Horizonte de 2016." Atividade técnica realizada: "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
	CAT 995989 Fl. 6214	"Serviços de planejamento, elaboração de projetos e metodologia, entrega de relatórios, projetos de iluminação e instalações elétricas de baixa tensão, painéis de <i>box truss</i> , arquibancadas, lonas, faixas, tendas, palcos para apresentações de shows, pisos elevados, camarotes, grades, tapumes, mobiliários, para o evento: Carnaval de Belo Horizonte de 2016." Atividade técnica realizada: "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
	CAT 996406 Fl. 6211	"Serviços de planejamento, elaboração de projetos e metodologia, entrega de relatórios, projetos de iluminação e instalações elétricas de baixa tensão, painéis de <i>box truss</i> , arquibancadas, lonas, faixas, tendas, palcos para apresentações de shows, pisos elevados, camarotes, grades, tapumes, mobiliários, para o evento: Carnaval de Belo Horizonte de 2016." Atividade técnica realizada: "2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras, 20.000 m²; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, 20.000 m²."
	RRTs Fls. 6208, 6206, 6204, 6202	"2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão."

47. Assim, diante da documentação apresentada em desatendimento ao critério do Edital e item 11.2 do Termo de Referência, não há suporte para a pontuação máxima atribuída ao Consórcio Pronto-RG, a qual merece ser anulada, haja vista a ausência de comprovação de tal capacidade técnica.

*I.1.6. O Consórcio Pronto-RG possui finalidade específica de participação na disputa para a Zona Verde ("Green Zone")*

48. No caderno administrativo do Proponente Consórcio Pronto-RG, foi apresentada a "Alteração Contratual nº 01 – Consórcio Pronto-RG", datada de 05 de janeiro de 2025 (vide fl. 07).
49. Em suas Cláusulas "I – Das Considerações" (fl. 07) e "V – Da Composição e Participação e Divisão de Tarefas" (fl. 08, item 5.1), restou consignado que o Consórcio Proponente tem por finalidade a participação na Licitação 11.060/2025 OEI-COP da Zona Verde ("Green Zone").
50. Na consolidação da alteração contratual, a afirmação acima pode ser verificada nas Cláusulas I e II, folhas 12 e 13 do caderno administrativo.
51. Contudo, o Proponente Pronto-RG apresentou propostas para ambos os lotes, Zona Azul ("Blue Zone") e Zona Verde ("Green Zone"), **o que diverge do objeto definido na constituição do Consórcio, que se destina exclusivamente à Zona Verde.**



Barral Parente  
Pinheiro

52. Dessa forma, **as propostas apresentadas para a Zona Azul não podem ser consideradas válidas**, pois não estão abrangidas pelo objeto do Consórcio Pronto-RG. Assim, qualquer documentação referente à Zona Azul deve ser desconsiderada, em razão da ausência de representação legal e autorização contratual do Consórcio para a sua líder apresentar proposta para ambos os lotes.

**I.2. Impugnação à pontuação atribuída à DMDL Ltda.**

53. A disputa da presente Licitação ocorre segundo o critério de Técnica e Preço e, nesse sentido, o Item 11 do Termo de Referência do Edital traz os quesitos que são avaliados para fins da pontuação da avaliação técnica. Como a inexecutabilidade da proposta da DMDL foi abordada no tópico I.1.3, esse ponto não será abordado novamente. Será abordada, porém, questão relativa à inabilitação da DMDL Ltda. quanto à sua qualificação econômico-financeira.
54. A Comissão de Avaliação da OEI avaliou as Propostas Técnicas das Proponentes e publicou o Relatório Avaliação das Propostas Técnicas em 24/02/2025. Ali, a Comissão determinou a pontuação de cada empresa a partir dos documentos submetidos na Proposta Técnica e concedeu à DMDL a pontuação máxima – de 100 pontos – entendendo pelo cumprimento integral dos quesitos.
55. Entretanto, a avaliação foi errônea em relação a alguns quesitos, o que se demonstrará a partir da análise dos quesitos e critérios, conforme delineados no Edital, e dos documentos apresentados pela DMDL.
56. Neste sentido, para fins de completude, além da análise dos documentos apontados como cumpridores dos itens pelo Relatório Avaliação Propostas Técnicas, analisar-se-ão, também, os documentos indicados pela DMDL como cumpridores dos critérios conforme detalhado em sua Proposta Técnica.
57. Antes, no entanto, é necessário fazer um breve esclarecimento acerca do termo realização de evento, reiteradamente empregado nos critérios indicados pelo Edital, com uma breve contextualização do setor de eventos.
58. Pelas características inerentes do setor, as empresas acabam se dividindo entre dois tipos. De um lado, há empresas e entidades cuja função principal é a organização e realização do evento, sendo responsáveis pela concepção, planejamento, gestão operacional e execução de todas as etapas. De outro, existem empresas especializadas na montagem de estruturas, cujo papel é fornecer e instalar os elementos físicos necessários para viabilizar a realização do evento, mas sem assumir a condução do evento em si.



59. Por essa razão, os atestados que comprovam exclusivamente a montagem de estruturas não podem ser considerados como comprovação da realização de eventos, pois refletem apenas a execução de um serviço técnico específico e não a gestão integral do evento.
60. No entanto, há casos intermediários, como ocorre com o fornecimento de overlay. Ainda que o foco do contratado seja a disponibilização de estruturas temporárias, esse tipo de serviço pode abranger responsabilidades que vão além da montagem, como a operação de áreas, gestão de fluxos, suporte técnico e logístico e coordenação de diversos serviços diretamente ligados à experiência do público e ao funcionamento do evento. Nessas situações, o fornecedor de overlay acaba desempenhando um papel ativo na realização do evento, trabalhando em conjunto com a entidade responsável pela organização.
61. Por outro lado, em algumas situações, o fornecimento de overlay se restringe à entrega e montagem das estruturas, sem envolver qualquer atuação na operação ou gestão do evento. Nesses casos, a atividade continua sendo apenas a montagem, sem caracterizar a realização do evento.
62. Dessa forma, na aferição do cumprimento dos critérios editalícios, em atendimento à sua literalidade, é fundamental avaliar o escopo efetivo dos serviços prestados para determinar se há participação na realização do evento ou se a atuação se limita ao fornecimento de infraestrutura.

*I.2.2. A DMDL não comprovou que possui capital social integralizado ou patrimônio líquido superior a 10% (dez por cento) do orçamento base da contratação para fins de qualificação econômico-financeira*

63. A Secretaria-Geral da OEI expediu a Resolução da Secretaria-Geral de 10 de janeiro de 2025 disciplinando regras específicas para “licitações de grande vulto da Oficina da OEI no Brasil relacionadas à COP”.
64. Nesse contexto, definiu como “grande vulto” toda contratação cujo orçamento base seja igual ou superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). No caso desta licitação, o orçamento-base para o Lote Azul / Blue Zone perfaz o montante de R\$ 423.514.812,71.
65. Assim, a Secretaria-Geral da OEI definiu que todo licitante deverá comprovar possuir capital social integralizado mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% sobre o orçamento base da contratação para ser considerada habilitada no quesito qualificação econômico-financeira:





Barral Parente  
Pinheiro

Caso o orçamento base da contratação seja considerado de grande vulto, o licitante deverá comprovar de capital social integralizado mínimo ou patrimônio líquido, no mínimo, de 10% (dez por cento) do orçamento base da contratação para ser considerada habilitada no quesito qualificação econômico-financeira.

Em qualquer caso, ainda que apresente resultado igual ou maior que 1 (um) no Balanço Patrimonial, a empresa licitante deverá comprovar a existência de patrimônio líquido ou capital social integralizado no valor de 10% (dez por cento) do Orçamento Base da contratação estimado para cada lote que disputar, conforme previsto nos anexos I e II.

Figura 4 - Resolução da Secretaria Geral. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2025/01/resolucao-secretaria-geral.pdf>

66. Esse texto é também refletido no próprio edital da licitação. Porém, a DMDL possui capital social integralizado de R\$ 40.000.000,00 conforme consta de sua 11ª Alteração de Contrato Social, e patrimônio líquido de R\$ 37.910.682,17, conforme consta do seu balanço patrimonial, sendo ambos os valores inferiores ao patamar mínimo de 10% do valor relativo ao Lote Azul / Blue Zone, de R\$ 42.351.481,27.
67. **Ressalta-se que a exigência específica para “licitações de grande vulto da Oficina da OEI no Brasil relacionadas à COP” não diz respeito à proposta apresentada pela licitante, mas ao orçamento base elaborado pela OEI para cada lote individualmente considerado.**
68. Dessa forma, a DMDL não pode ser considerada habilitada para fins de qualificação econômico-financeira, devendo desde logo ser desclassificada deste certame.

*1.2.3. A DMDL não comprovou que já realizou pelo menos 1 (um) evento na região Norte do Brasil, e a comissão de avaliação considerou o critério completamente atendido*

**a) Hospital de Campanha da Vale S/A (fls. 919-928)**

69. O Atestado Técnico comprova, conforme seu objeto, que a empresa realizou a “Elaboração de projeto e fornecimento de estruturas temporárias para 100 leitos provisórios para atendimento hospitalar dos pacientes de COVID-19”.
70. Ao analisar o objeto, resta claro que a empresa não empreendeu à realização de evento.
71. Em primeiro lugar, por inexistir qualquer evento associado às infraestruturas fornecidas, mas tão somente a instalação de um hospital.
72. Em segundo lugar, a realização de evento exige que sejam prestadas diversas atividades, inclusive de gestão. Entretanto, o atestado apresentado se refere tão somente à



elaboração de projeto e fornecimento de infraestruturas provisórias.

73. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a realização de evento na região Norte.

**b) Fan Zone - Copa do Mundo FIFA 2014 em aeroportos (fls. 902-905)**

74. O Atestado indica, conforme seu objeto, que a empresa realizou o “fornecimento de estruturas temporárias, incluindo logística, montagem, desmontagem, mão de obra especializada, fornecimento de equipamentos, estruturas e mobiliários em 12 cidades da Copa.”
75. Dentre estas cidades, estava Manaus. A Fan Zone do aeroporto foi descrita, à época, por matérias, como um espaço de 60 m2 com algumas estruturas, como telões<sup>6</sup>.
76. Em primeiro lugar, importa destacar que o papel da empresa se limitou ao fornecimento das infraestruturas temporárias e móveis e não englobou a realização do evento, o que é reforçado pelo fato que a empresa foi subcontratada pela Fermento Soluções e Comunicação LTDA.
77. Ainda, o atestado não cumpre a função de comprovar a realização de evento pois não há evento associado. Como descrito nas matérias, houve a montagem de estrutura temporária especial no aeroporto, mas não houve qualquer evento no lugar.
78. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a realização de evento na região Norte.

*I.2.4. A DMDL não comprovou a execução de 2 (dois) contratos de realização de eventos junto à Administração Pública Federal, direta ou indireta, e a comissão de avaliação considerou o critério completamente atendido*

79. Antes de passar para a análise específica dos documentos apresentados, cabe tecer algumas considerações sobre o intuito do critério editalício e da lógica por trás da determinação de seu cumprimento.
80. O edital estabelece claramente a exigência de que a empresa comprove experiência de realização de eventos em contratos firmados diretamente com o Governo Federal, e não por intermédio de terceiros por ele contratados. Essa distinção é essencial porque a execução de um contrato público envolve uma série de requisitos, normas e

<sup>6</sup> Vide: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/06/aeroporto-de-manaus-tera-espaco-para-receber-torcedores-na-copa.html> e <https://ndmais.com.br/futebol/fun-zone-e-inaugurada-no-aeroporto-de-manaus/>. Acesso em 11/03/2025.



responsabilidades que não se aplicam da mesma forma a uma subcontratação por uma empresa privada.

81. Quando uma empresa firma um contrato administrativo diretamente com o Governo Federal, ela se submete integralmente às regras da administração pública, incluindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, a execução desse contrato exige conformidade com normas rigorosas de fiscalização, controle de contas, prestação de informações detalhadas e cumprimento de obrigações contratuais específicas previstas na legislação, como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
82. Por outro lado, quando uma empresa é subcontratada por um terceiro que mantém um contrato com o governo, sua relação jurídica é privada, regida majoritariamente pelas regras do contrato firmado entre as partes e pelo direito privado, sem a mesma exigência de cumprimento das diretrizes administrativas. A subcontratada não responde diretamente ao órgão público contratante, não está sujeita ao mesmo nível de fiscalização e controle, e sua experiência não reflete, de maneira direta, a capacidade de gerir um contrato administrativo de grande porte.
83. O objetivo do edital ao exigir experiência comprovada em contratos com o Governo Federal é garantir que a empresa licitante possua conhecimento e capacidade técnica para lidar com a complexidade de um contrato público, com todas as suas exigências e peculiaridades. Essa experiência é fundamental para assegurar que a empresa esteja preparada para cumprir os requisitos legais, operacionais e administrativos impostos pela administração pública.
84. Portanto, permitir que uma empresa comprove sua qualificação técnica com base em subcontratações privadas seria contrariar a intenção do edital e enfraquecer a exigência de experiência específica na execução de eventos sob contratos administrativos. Isso criaria um desequilíbrio na seleção das empresas e poderia comprometer a adequada execução do contrato licitado, já que a experiência em contratos privados não garante, por si só, o conhecimento e a aptidão para operar dentro do rigor da administração pública.
85. Mais, seria contrariar o literal do critério editalício, que exige expressamente a execução de contratos de realização de eventos junto à Administração Pública Federal.

**a) Hospital de Campanha da Vale S/A (fls. 919-928) e Hospital de Campanha do Governo Federal (fls. 913-918)**

86. Estes contratos serão tratados em conjunto em vista da similaridade de seus objetos.



87. O Atestado Técnico comprova, conforme seu objeto, que a empresa realizou a “Elaboração de projeto e fornecimento de estruturas temporárias para 100 leitos provisórios para atendimento hospitalar dos pacientes de COVID-19”.
88. Em primeiro lugar, é essencial pontuar que não houve contrato firmado entre a Administração Pública Federal e a DMDL. A contratante da DMDL foi a PROGEN Projetos Gerenciamento e Engenharia, sociedade anônima fechada.
89. Para além, ao analisar o objeto, resta claro que a empresa não empreendeu a realização de evento. Em primeiro lugar, por inexistir qualquer evento associado às infraestruturas fornecidas, mas tão somente a instalação de um hospital.
90. Em segundo lugar, a realização de evento exige que sejam prestadas diversas atividades, inclusive de gestão. Entretanto, o atestado apresentado se refere tão somente à elaboração de projeto e fornecimento de infraestruturas provisórias.
91. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos junto a Administração Pública Federal, direta ou indireta – mesmo porque não houve contrato entre a DMDL e a Administração Federal.

**b) Fan Zone - Copa do Mundo FIFA 2014 em aeroportos (fls. 902-905)**

92. O Atestado indica, conforme seu objeto, que a empresa realizou o “Fornecimento de estruturas temporárias, incluindo logística, montagem, desmontagem, mão de obra especializada, fornecimento de equipamentos, estruturas e mobiliários em 12 cidades da Copa.”
93. Em primeiro lugar, é essencial pontuar que não houve contrato firmado entre a Administração Pública Federal e a DMDL. A contratante da DMDL foi a Fermento Soluções e Comunicação LTDA, sociedade privada limitada.
94. A Fan Zone dos aeroportos foi descrita, à época, como espaços especiais dentro dos aeroportos. Nesse sentido, importa destacar que o papel da empresa se limitou ao fornecimento das infraestruturas temporárias e móveis e não englobou a realização do evento, o que é reforçado pelo fato que a empresa foi subcontratada.
95. Ainda, o atestado não cumpre a função de comprovar a realização de evento pois não há evento associado. Como descrito, houve a montagem de estrutura temporária especial no aeroporto, mas não houve qualquer evento associado para realização.
96. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos junto a Administração Pública Federal, direta ou indireta – mesmo



porque não houve contrato entre a DMDL e a Administração Federal.

**c) Estande promocional da Caixa Econômica Federal na Agrishow 2015 (fl. 873)**

97. O Atestado indica, conforme seu objeto, que a empresa realizou o “Projeto, montagem, manutenção e desmontagem de stand promocional da Caixa Econômica Federal.”
98. Assim, se verifica que houve tão somente prestação de serviços de infraestrutura para um único estande – o que não pode ser equiparado à realização de evento.
99. Isso é reforçado pelo fato de que a empresa foi subcontratada pela empresa ABIC Marketing e Consultoria Promocional - Flap Live Marketing, sociedade empresária limitada – e, essa, sim, responsável pela realização do evento. Assim, não houve qualquer contrato com a Administração Pública Federal.
100. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos junto a Administração Pública Federal, direta ou indireta – mesmo porque não houve contrato entre a DMDL e a Administração Federal.

**d) Contratos com a Empresa Brasileira de Comunicação (Rio de Janeiro – fls. 856-859, Brasília – fls. 853-855 e 849 e São Paulo – fls. 850-852 e 848)**

101. Estes contratos serão tratados em conjunto em vista da similaridade de seus objetos, com alteração somente do local de prestação dos serviços.
102. O Atestado Técnico comprova, conforme seu objeto, que a empresa realizou a “Elaboração, montagem, confecção e manutenção de cenários com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios sob demanda nas dependências da EBC”.
103. Do literal do objeto percebe-se que não há realização de evento, mas somente serviços relacionados a cenários.
104. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos junto a Administração Pública Federal, direta ou indireta – inexistindo qualquer evento como parte do Contrato.

*I.2.5. A DMDL não comprovou a execução de 1 (um) contrato de realização de evento junto a organismos ou instituições internacionais (ONU, OEA, Mercosul, Pnud, Unesco, OEI, FIFA, FIA, entre outros), e a comissão de avaliação considerou o critério completamente atendido*

**e) Copa das Confederações 2013 (fls. 720)**

105. O Atestado Técnico comprova, conforme seu objeto, que a empresa realizou a



“Instalação, montagem, manutenção, conservação e desmontagem de estruturas temporárias com planejamento, coordenação, monitoramento e fornecimento de infraestrutura.”

106. Do literal do objeto percebe-se que não há realização de evento, mas somente serviços relacionados à infraestrutura, sem englobar todas as atividades necessárias para caracterizar a realização de evento.
107. Ainda, importa notar que o Contratante foi o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA), que, segundo o Decreto Estadual nº 36.193, de 09 de fevereiro de 2011, responsável por sua criação, é órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual. Portanto, não pode ser configurado como organismo ou instituição internacional.
108. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**f) Copa América 2019 (fls. 705)**

109. O Contratante foi Copa América 2019 - Comitê Organizador Brasileiro EIRELI, que, é empresa nacional de responsabilidade limitada. Portanto, não pode ser configurado como organismo ou instituição internacional.
110. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**g) Reunião G20 – 3ª Reunião da força-tarefa para construção da aliança global contra a fome e a pobreza (fls. 702)**

111. O Contratante foi a Leve Corporativo Ltda, que, é sociedade empresária limitada nacional. Portanto, não pode ser configurado como organismo ou instituição internacional. Em que pese o evento tenha sido destinado, talvez, a um órgão internacional, fato é que a contratação foi com uma empresa privada brasileira, não atendendo ao critério do edital de comprovar *execução de 01 (um) contrato de realização de evento junto a organismos ou instituições internacionais (...)*.
112. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**h) WorldSkills (fls. 699, 672)**

113. As contratantes foram entidades do Sistema “S”. Portanto, não podem ser configuradas como organismos ou instituições internacionais.





**Barral Parente  
Pinheiro**

114. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**i) FIFA Sub 17 (fls. 682)**

115. O Contratante foi “Copa do Mundo FIFA - Comitê Organizador Brasileiro Ltda”, que é empresa nacional de responsabilidade limitada. Portanto, não pode ser configurado como organismo ou instituição internacional.
116. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**j) Rio 2016 (fls. 679)**

117. O Contratante foi “Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016”, que, é sociedade nacional constituída como associação privada. Portanto, não pode ser configurado como organismo ou instituição internacional.
118. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

**k) Fan zone Caixa Econômica (fls 902-905)**

119. O Atestado indica, conforme seu objeto, que a empresa realizou o “Fornecimento de estruturas temporárias, incluindo logística, montagem, desmontagem, mão de obra especializada, fornecimento de equipamentos, estruturas e mobiliários em 12 cidades da Copa.”
120. Em primeiro lugar, é essencial pontuar que a contratante da DMDL foi a Fermento Soluções e Comunicação LTDA, sociedade privada limitada. Não há, portanto, qualquer contrato com organismo internacional.
121. A Fan Zone dos aeroportos foi descrita, à época, como espaços especiais dentro dos aeroportos. Nesse sentido, importa destacar que o papel da empresa se limitou ao fornecimento das infraestruturas temporárias e móveis e não englobou a realização do evento, o que é reforçado pelo fato que a empresa foi subcontratada.
122. Ainda, o atestado não cumpre a função de comprovar a realização de evento pois não há evento associado. Como descrito, houve a montagem de estrutura temporária especial no aeroporto, mas não houve qualquer evento associado para realização.
123. Diante dessas considerações, o atestado não comprova a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.



### 1) Chile – PanAmericanos 2023 (fls 874-901)

124. O Contrato indica, conforme seu objeto, que a empresa realizou o “aluguel e instalação de infraestruturas temporárias e serviços complementares.”
125. Em primeiro lugar, é essencial pontuar que a contratante da DMDL foi a Corporación XIX Juegos PanAmericanos Santiago 2023, empresa nacional chilena, conforme seus documentos constitutivos. Não há, portanto, qualquer contrato com organismo internacional.
126. Ainda, o apresentado não cumpre a função de comprovar a realização de evento pois as atividades da empresa se resumiram ao aluguel e montagem de infraestruturas temporárias, insuficientes para comprovar a realização de evento, mas tão somente a montagem das estruturas.
127. Por fim, é exigência legal que os documentos estrangeiros apresentados estejam traduzidos para o português, conforme art. 67, § 4º, da Lei 14.133/2021. No entanto, o contrato apresentado não foi traduzido, o que deve levar à sua desconsideração para os fins da proposta técnica.
128. Diante dessas considerações, o atestado não é apto a comprovar a execução de contrato de realização de eventos a organismos ou instituições internacionais.

*I.2.6. A DMDL não comprovou a realização de 2 (dois) eventos com participação de, pelo menos, 10 (dez) delegações estrangeiras e 1 (um) evento com 30 (trinta) delegações estrangeiras, sendo necessário incluir altas autoridades, tais como ministros de estado, chefes de estado, chefe de missão diplomática ou outro representante de nível hierárquico equivalente, e a comissão de avaliação considerou o critério completamente atendido*

129. Antes da análise específica dos documentos apresentados, é necessário indagar qual o propósito do critério editalício, diferenciando eventos com a presença de altas autoridades ou não, e o que isso significa para a avaliação do cumprimento dos critérios editalícios.
130. Como o edital é expresso, há a exigência de demonstrar a presença de “altas autoridades, tais como ministros de estado, chefes de estado, chefe de missão diplomática ou outro representante de nível hierárquico equivalente”. Assim, a mera presença de delegações estrangeiras em um evento não é, por si só, suficiente para caracterizar a participação de altas autoridades. O termo "delegação estrangeira" pode abranger uma ampla gama de grupos, desde comitivas empresariais, estudantes, interessados no setor, técnicos de governo até, de fato, autoridades de alto escalão. Essa diversidade de perfis demonstra que o simples fato de haver participantes internacionais não confere automaticamente



ao evento a relevância institucional associada à presença de chefes de Estado, ministros ou outros representantes de alto nível.

131. Dessa forma, cabe ao proponente o ônus de comprovar qual foi a categoria de delegação que compareceu ao evento. A diferença entre a presença de um grupo de empresários ou acadêmicos e a participação de altas autoridades governamentais é substancial, tanto em termos de protocolo e impacto institucional quanto no que diz respeito às exigências organizacionais e ao reconhecimento oficial do evento.
132. Para que a participação de uma delegação estrangeira seja considerada como um elemento de qualificação técnica relevante, deve haver comprovação objetiva de que essa delegação se enquadra na categoria exigida, o que pode ser demonstrado por meio de documentos oficiais, registros de participação, comunicados diplomáticos, cobertura da imprensa ou qualquer outro meio idôneo que ateste, de forma inequívoca, a presença de altas autoridades.
133. Sem essa comprovação específica, a alegação de que um evento contou com delegações estrangeiras se torna genérica e insuficiente para atender a critérios técnicos mais rigorosos. Dessa forma, aceitar tal alegação sem evidências concretas abriria margem para distorções na avaliação da qualificação, permitindo que eventos de naturezas distintas fossem considerados equivalentes sem que, de fato, compartilhassem o mesmo nível de relevância e exigência institucional.

**m) Expo IAAPA 2012 (fls 869-872)**

134. A DMDL foi contratada pela Strike 88 Feiras e Promoções LTDA para auxiliar na parte de infraestrutura da Expo IAAPA 2012. Especificamente, os documentos apresentados descrevem que a prestação de serviços se deu para organização, fornecimento de estruturas temporárias, equipamentos, montagem, manutenção e desmontagem. Assim, reafirma-se, os serviços prestados trataram somente da infraestrutura, não sendo ligados à realização do evento em si.
135. Ainda, apesar de nomear a presença de diversas delegações estrangeiras, os documentos apresentados não comprovam a presença de altas autoridades dos países listados, como exigido pelo edital. Nesse sentido, é necessário apontar que o ônus de prova recai ao proponente, que deveria ter apresentado documentos suficientes para comprovar o cumprimento dos critérios.
136. Portanto, os documentos apresentados são insuficientes para comprovar a realização de evento com participação de delegações estrangeiras com altas autoridades.

**n) GoTex 2016 (fl 866) e 2017 (fl 867)**



137. A DMDL foi contratada pela CCPIT TEX para serviços relacionados à infraestrutura das feiras GoTex 2016 e 2017. Devido às similitudes, ambos são tratados em conjunto para os fins deste Recurso.
138. No entanto, apesar de nomear a presença de diversas delegações estrangeiras, os documentos apresentados não comprovam a presença de altas autoridades dos países listados, como exigido pelo edital. Nesse sentido, é necessário apontar que o ônus de prova recai ao proponente, que deveria ter apresentado documentos suficientes para comprovar o cumprimento dos critérios.
139. Portanto, os documentos apresentados são insuficientes para comprovar a realização de evento com participação de delegações estrangeiras com altas autoridades.

**o) Reunião G20 - 3ª Reunião da força-tarefa para construção da aliança global contra a fome e a pobreza (fls. 702)**

140. A DMDL foi contratada pela Leve Corporativo LTDA para auxiliar na estrutura da Reunião de trabalho do G20 que ocorreu em Teresina, no Piauí.
141. No entanto, apesar de nomear a presença de diversas delegações estrangeiras, os documentos apresentados não comprovam a presença de altas autoridades hierárquicas dos países listados, como exigido pelo edital. Nesse sentido, é necessário apontar que o ônus de prova recai ao proponente, que deveria ter apresentado documentos suficientes para comprovar o cumprimento dos critérios.
142. Portanto, os documentos apresentados são insuficientes para comprovar a realização de evento com participação de delegações estrangeiras com altas autoridades.

**p) Rio 2016**

143. O atestado apresentado não atende aos requisitos do edital, pois descreve serviços de engenharia e montagem de infraestrutura temporária, e não a realização de eventos. Por sua vez, o edital exige a comprovação da realização de eventos internacionais com a participação de delegações estrangeiras e altas autoridades, **o que envolve a organização, gestão e operação desses eventos, e não apenas a montagem de estruturas físicas.**
144. As atividades mencionadas nos documentos supostamente atestatórios – gerenciamento de projetos, construção/montagem de instalações temporárias, execução de instalações e pequenas obras civis – são claramente serviços de engenharia. Não há qualquer menção à organização de eventos, ao recebimento de delegações estrangeiras ou ao protocolo de autoridades, requisitos essenciais para atender ao que o edital exige.



145. Portanto, os documentos apresentados são insuficientes para comprovar a realização de evento com participação de delegações estrangeiras com altas autoridades.

**I.3. Impugnação à pontuação atribuída ao Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 (Formado pelas empresas Luminar Eventos e Comunicação Ltda., Arquidesign Assessoria de Comunicação e PDV Ltda. e Rome Feiras e Promoções Ltda.)**

146. Atestado emitido pelo Governo do Estado de Rondônia, fls. 3684, foi referenciado na Ata de Avaliação da Proposta Técnica como pontuando para o critério de realização de 1 evento na região Norte.
147. Ocorre que o atestado se refere ao mero fornecimento de equipamentos, tendo como objeto “serviços de locação de tendas piramidais e acessórios, stands, palcos, equipamentos de sonorização e acessórios, iluminação de palco de shows e teatros, para o evento Infor Party (...)”.
148. Ora, o mero aluguel de equipamentos não pode ser considerado como a realização de eventos, que envolve diversas outras etapas das quais o aluguel dos equipamentos é apenas uma parte, exigindo ainda todas as outras etapas de operação do evento que não são mencionadas no atestado.
149. Outros atestados apresentados possuem a mesma situação, ainda que indiquem realização de serviços na região Norte. Por exemplo, veja-se:
- Atestado emitido pelo Ministério do Meio Ambiente – Fls. 3681: apesar de mencionar o serviço de promoção de eventos, no detalhamento dos serviços prestados no evento “Oficina de Estudo de Mercado e Gestão do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável”, em Alter do Chão-PA, são mencionados apenas **fornecimento de bens e serviços de alimentação e acomodação, mas não realização integral do evento**. A mesma conclusão se aplica aos eventos “Oficina de Elaboração dos Planos Pedagógicos dos Cursos de Capacitação com Interface Florestal para o Distrito Florestal da BR-163” (Alter do Chão-PA), “Curso de Manejo Sustentável para Multiplicadores” (Alter do Chão-PA), “Curso sobre Silvicultura de Espécies Nativas” (Porto Velho-RO), “Oficina para Estudo de Mercado e Modelo de Gestão do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável” (CDFS) (Porto Velho-RO), Oficina de Elaboração dos Planos Pedagógicos dos Cursos de Capacitação com Interface Florestal” (Porto Velho-RO),
  - Atestado emitido pelo Ministério do Meio Ambiente – Fls. 3669: Encontro Chico Mendes (Xapuri-AC), apesar de mencionar o serviço de promoção de eventos, no detalhamento dos serviços prestados são especificados apenas fornecimento de

equipamentos.

- Atestado emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Fls. 3664: em que pese mencionar produção de eventos, no detalhamento consta apenas o fornecimento de bens e serviços de alimentação
  - Atestado emitido pela Universidade Federal do Acre – Fls. 3660: o atestado refere-se apenas à “prestação de serviços de locação de tendas piramidais e acessórios, stands, palcos, serviços e locação de equipamentos de sonorização e acessórios, iluminação de palco de shows e teatro e acessórios, serviços de plotagem, banners, faixas, painéis em lona, outdoor, serviços gráficos gerais e outros (...)”, não se tratando, portanto, da “realização de evento” como exigido pelo Edital, mas de mero aluguel de equipamentos.
  - Atestado emitido pela Universidade Federal do Acre – Fls. 3645: o atestado refere-se a “Grupo 01 – Locação de tendas piramidais e acessórios, palcos, stands para feiras e outros”, não se referindo à realização do evento em si.
  - Atestado emitido pela Universidade Federal do Acre – Fls. 3641: o atestado refere-se a “Grupo 02 – Serviços e Locação de equipamentos de sonorização e iluminação de palcos e shows”, não se referindo à realização do evento em si.
150. Atestado emitido pelo Ministério do Meio Ambiente – Fls. 3467 foi indicado como atendendo ao critério de *Comprovação de execução de 02 (dois) contratos de realização de eventos junto a Administração Pública Federal*. Em que pese o documento mencione “serviços de promoção de eventos”, a especificação dos serviços prestados demonstra apenas a terceirização de mão-de-obra, hospedagem, locação e instalação de equipamentos e montagens e instalação, mas não englobando toda a realização do evento em si.
151. Atestado emitido pelo Ministério do Meio Ambiente – Fls. 3470 foi também indicado como atendendo ao mesmo critério acima. Entretanto, nesse caso também a especificação dos serviços prestados abrange apenas a terceirização de mão-de-obra, locação de equipamentos, alimentação, hotelaria, decoração, montagens e sinalização, locação de automóveis e mobiliários, mas não englobando toda a realização do evento em si.
152. Desse modo, ambos não são capazes de atender à exigência do Edital/Termo de Referência.
153. O “Acordo de Longa Duração para Prestação de Serviços Profissionais” firmado pela UNESCO com a Luminar Eventos e Comunicação Ltda. foi considerado para fins do atendimento ao critério de *Comprovação de realização de 01 (um) contrato de realização de*





*evento junto a organismos ou instituições internacionais”.*

154. Ocorre que a mera apresentação do contrato não é suficiente para comprovar a sua **execução, que é o critério estabelecido no Termo de Referência** (*comprovação de realização de 01 (um) contrato...*). Ademais, reforça esse fato que o contrato foi assinado em dezembro de 2024, tendo o referido documento sido apresentado à Comissão de Licitação em fevereiro de 2025, sendo que o Acordo é aplicável a todo o ano de 2025.
155. O atestado de capacidade técnica emitido pela Embaixada da França no Brasil – Fls. 3358 foi considerado para fins de atendimento ao critério de *Comprovação de execução de 02 (dois) contratos de realização de eventos junto a Governos de Países estrangeiros*. Esse atestado se refere ao evento XVII Congresso Brasileiro dos Professores de Francês, 07 a 10 setembro de 2009, em Brasília-DF.
156. Ocorre que logo à página seguinte, Fls. 3357, consta Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Associação dos Professores de Francês do Distrito Federal, CNPJ 73.631.970/0001-69, que atesta que a empresa executou o mesmo evento: XVII Congresso Brasileiro dos Professores de Francês, 07 a 10 setembro de 2009, em Brasília-DF.
157. Assim, possivelmente a contratação se deu com essa entidade, uma associação privada brasileira (conforme comprovado pela imagem abaixo de seu registro CNPJ), e não um governo estrangeiro, de modo que os documentos não podem ser considerados para atendimento ao critério.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 73.631.970/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/11/1993
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PROFESSORES DE FRANCES DO DF		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APFDF		PORTE DE MAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		

*I.3.2. A garantia não foi apresentada junto da Proposta Técnica, devendo ser devolvidos os envelopes e documentos do consórcio nos termos do item 17.1 do Edital*

158. Durante o recebimento das propostas, o Consórcio supracitado apresentou Proposta Técnica sem a garantia de proposta de seu conteúdo.



Barral Parente  
Pinheiro

159. O Edital de Licitação nº 11060/2025 – OEI/COP30, que rege esse certame, fez constar expressamente em seu item 17.1 que “**junto da Proposta Técnica** a Proponente deverá apresentar garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor global específico de cada lote, em uma modalidade aceita pela legislação de contratação brasileira (Lei 14.133/2021).”
160. No item subsequente, foi clara a determinação de que consequência prática da ausência da garantia nos termos do disposto no item 17.1<sup>7</sup> era a não aceitação da Proposta, bem como o registrado desse fato em ata.
161. No caso em questão, o Relatório de Avaliação das Propostas Técnicas, no item 5.4, registrou que o Consórcio 11060/2025 – OEI-COP30 não apresentou a garantia da proposta conforme estabelecido no subitem 17.1 do Edital. Ainda assim, os documentos das licitantes foram aceitos sob justificativa de que a análise da proposta técnica se deu com base na determinação prevista no Procedimento de Contratação da OEI.
162. Ocorre que a justificativa apresentada viola diretamente o edital, que foi elaborado especificamente para estabelecer as regras desta licitação. Embora exista um procedimento geral, o edital representa a norma mais específica e deve prevalecer neste caso. Ora, se assim não fosse não haveria razão de existir um procedimento licitatório específico que foi claro ao determinar a não aceitação da proposta.
163. E veja ainda que o edital cuidou de determinar regra divergente daquela do Procedimento de Contratação, o que releva a intenção de, nesse caso, valer-se de regra divergente. Diversos outros itens do Edital de licitação também são distintos do procedimento da OEI, sendo eles cumpridos regularmente.
164. Por exemplo, o Procedimento de Contratações prevê em sua página 24 que o primeiro envelope a ser aberto é o de Documentação Administrativa. No entanto, neste Edital, previu-se no item 9.1 que esse seria o último. E não há problema algum, porque pode o Edital prever regras distintas mais específicas, o que aqui ocorreu. Essa inversão dos envelopes foi prevista, inclusive, por Resolução da Secretaria-Geral da OEI de 10 de janeiro de 2025, por se tratar de contratação de grande vulto.
165. Nesses termos, o princípio da vinculação ao edital, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021<sup>8</sup>, determina a vinculação do órgão licitante as regras editalícias como forma

---

<sup>7</sup> 17.1.1 A ausência da garantia de proposta implicará na **não aceitação da Proposta**, sendo toda documentação e envelopes devolvido a Proponente; esse fato será registrado em ATA. (Grifamos)

<sup>8</sup> Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da



de boa-fé e como forma ainda de conferir segurança jurídica aos licitantes. Tutelar o descumprimento é tutelar também que de nada valha o edital publicado por essa Organização Internacional, independentemente da flagrante violação à Lei Brasileira, especificamente a Lei nº 14.133/2021.

166. Por todo exposto, à medida que se impõe é a desclassificação do Consórcio 11060/2025 – OEI-COP30 por violação clara ao item 17.1 do Edital, sob pena de violação ao Edital de Licitação nº 11060/2025 – OEI/COP30 e a Lei nº 14.133/2021.

## II. APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA À PRESENTE LICITAÇÃO

167. Primeiramente, cumpre destacar a aplicabilidade da legislação brasileira à Licitação nº 11060/2025. Isso porque, os recursos para a execução do objeto do Acordo de Cooperação Internacional celebrado entre a União e a OEI para a COP30 não pertencem à OEI, sendo esses montantes provenientes da União Federal.
168. Em plena consonância, o art. 7º do Decreto nº 11.941/2024, que dispõe especificamente sobre projetos de cooperação com organismos internacionais para a preparação dos eventos da COP30, atribui competência aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal para auditar e fiscalizar os projetos de cooperação internacional se esses forem financiados com recursos financeiros da União, reforçando tratem-se de recursos federais.
169. Assim, importante denotar que a OEI está atuando enquanto Estado brasileiro, estando sujeita a todas as regras aplicáveis a uma contratação do governo brasileiro, especialmente quanto à aplicação da Lei n. 14.133/2021 (“Lei de Licitações”), que dispõe em seu artigo 5º que a licitação deverá ser regida fielmente pelas regras contidas no Edital da Licitação<sup>9</sup>.
170. Pelo exposto, requer-se a imediata aplicação da Lei n. 14.133/2021 para que seja reconhecida a imperatividade das regras previstas no Edital que impõe a

---

igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

<sup>9</sup> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).



desclassificação do licitante DMDL por inexecuibilidade de proposta e falta de qualificação econômico-financeira e do licitante RG-Pronto por inexecuibilidade de proposta e garantias inidôneas.

### III. CONCLUSÃO E PEDIDOS

**171.** Diante do exposto, requer-se à Diretora e Comissão de Avaliação da OEI que:

- a)** Reconheçam o descumprimento do item 17.1 do Edital pelo Consórcio Pronto-RG, em razão da apresentação de garantia inidônea emitida por instituição não autorizada (Dank Sociedade de Crédito Direto S.A.), e determinem sua imediata desclassificação;
- b)** Reconheçam o descumprimento do mesmo item 17.1 do Edital pelo Consórcio Pronto-RG, em razão da ausência da garantia de proposta junto à Proposta Técnica, resultando em desclassificação imediata do Consórcio;
- c)** Reconheçam a inexecuibilidade das propostas apresentadas pelo Consórcio Pronto-RG e pela DMDL Ltda., por terem aplicado desconto superior ao limite máximo permitido (50%), nos termos do item 12.7 do Termo de Referência, determinando, assim, a desclassificação das referidas propostas;
- d)** Reconheçam a inadequação da qualificação econômico-financeira do Consórcio Pronto-RG, por não comprovar capital social integralizado mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do orçamento base do lote disputado, resultando em sua desclassificação imediata;
- e)** Reconheçam que o Consórcio Pronto-RG não comprovou a elaboração de projetos executivos com áreas mínimas exigidas (40.000 m<sup>2</sup> e 80.000 m<sup>2</sup>), determinando-se a redução da pontuação técnica atribuída indevidamente ao referido Consórcio;
- f)** Reconheçam a inadequação da qualificação econômico-financeira da DMDL Ltda., por não comprovar capital social integralizado mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do orçamento base do lote disputado, resultando em sua desclassificação imediata;
- g)** Reconheçam que a DMDL Ltda. não comprovou a realização de ao menos 1 (um) evento na região Norte do Brasil, devendo ser descontada a pontuação indevidamente atribuída por este critério;
- h)** Reconheçam que a DMDL Ltda. não comprovou a execução de 2 (dois) contratos de realização de eventos junto à Administração Pública Federal, direta ou indireta, devendo ser descontada integralmente a pontuação atribuída para esse critério;
- i)** Reconheçam que a DMDL Ltda. não comprovou a execução de 1 (um) contrato de realização de evento junto a organismos ou instituições internacionais, devendo ser descontada a pontuação indevidamente atribuída por este critério;
- j)** Reconheçam que a DMDL Ltda. não comprovou a realização de 2 (dois) eventos com participação mínima de 10 (dez) delegações estrangeiras e 1 (um) evento com



**Barral Parente  
Pinheiro**

30 (trinta) delegações estrangeiras com altas autoridades, sendo, portanto, necessário descontar integralmente a pontuação atribuída por este critério;

**k)** Reconheçam que o Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 não comprovou a realização efetiva de evento na Região Norte do Brasil, devendo ser descontada a pontuação indevidamente atribuída ao critério;

**l)** Reconheçam que o Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 não comprovou execução de dois contratos de realização integral de eventos junto à Administração Pública Federal, devendo ser descontada integralmente a pontuação atribuída erroneamente;

**m)** Reconheçam que o Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 não comprovou a execução efetiva de contrato junto a organismos ou instituições internacionais, pois apresentou apenas contrato recente com a UNESCO, sem comprovação da efetiva execução, devendo, portanto, ser descontada integralmente a pontuação atribuída;

**n)** Reconheçam que o Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 não comprovou realização de contrato com governos estrangeiros, dado que a documentação apresentada se refere a uma contratação junto a entidade privada brasileira (Associação dos Professores de Francês), devendo ser descontada integralmente a pontuação atribuída por este critério;

**o)** Reconheçam o descumprimento do item 17.1 do Edital pelo Consórcio 11060/2025 – OEI-COP30, em razão da ausência da garantia de proposta junto à Proposta Técnica, resultando em desclassificação imediata do Consórcio; e

**p)** Reconheçam a aplicabilidade da Lei n. 14.133/2021 ao certame.

- 172.** Nesses termos, requer-se a imediata revisão da pontuação atribuída ao Consórcio Pronto-RG, ao Consórcio 11060/2025 – OEI/COP30 e à DMDL Ltda., com consequente reclassificação das propostas, garantindo a lisura, segurança jurídica e transparência do certame.

Brasília - DF, 12 de março de 2025



**Jorge Sotto Mayor Fernandes Neto**  
OAB/DF n. 61.343

**Certificado de conclusão**

ID de envelope: A671FE4F-BFF6-4961-B19F-8378CAE7E65B  
 Assunto: Conclua com o Docusign: 250312\_bpp\_fast\_recurso.pdf  
 Envelope de origem:  
 Página do documento: 31  
 Certificar páginas: 1  
 Assinatura guiada: Ativada  
 Selo do ID do envelope: Ativada  
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Estado: Concluído

Autor do envelope:  
 Jorge Sotto Mayor  
 CJ SMDB CONJUNTO 12 BLOCO I 206 sala 206  
 BRASILIA, DF 71.680-119  
 jorge@barralparente.com.br  
 Endereço IP: 189.112.249.157

**Controlo de registos**

Estado: Original  
 12/03/2025 16:37:19

Titular: Jorge Sotto Mayor  
 jorge@barralparente.com.br

Local: DocuSign

**Eventos do signatário**


Jorge Sotto Mayor  
 jorge@barralparente.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma), Certificado digital

**Detalhes do fornecedor da assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card  
 Assinatura do signatário: AC OAB G3

**Assinatura**

DocuSigned by:  
  
 4D39AB9561E344D...

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo  
 Utilizar o endereço IP: 189.112.249.157

**Carimbo de data/hora**

Enviado: 12/03/2025 16:37:56  
 Visualizado: 12/03/2025 16:38:52  
 Assinado: 12/03/2025 16:44:57

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**  
 Não disponível através do Docusign

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	12/03/2025 16:37:56
Entrega certificada	Segurança verificada	12/03/2025 16:38:52
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	12/03/2025 16:44:57
Concluído	Segurança verificada	12/03/2025 16:44:59
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora